

Priscila de Camargo Palma¹
Carmem Beatriz Neufeld²

Intervenção cognitivo-comportamental em grupo de socioeducadores: um relato de experiência

Cognitive-behavioral intervention in socio-educational group: An experience report

RESUMO

O trabalho propõe uma experiência de intervenção com socioeducadores de um Centro de Socioeducação do Paraná. Tais centros são instituições responsáveis por acolher e fazer cumprir as medidas educativas de adolescentes que cometeram algum ato infracional. A socioeducação visa oferecer um ambiente humanizador e educativo, permitindo o cumprimento da medida em um clima adequado para a ação educativa voltada ao processo educativo pleno para a participação social cidadã e estimulando o adolescente à construção de um novo projeto de vida baseado em valores éticos e morais. A equipe dirigente vê os internados como não merecedores de confiança, logo, os membros desta equipe sentem-se superiores. O grupo dos internados vê o grupo dos dirigentes como condescendentes, fazendo com que os internados sintam-se inferiores e culpados, existindo assim, distorções de comunicação entre esses dois grupos. O trabalho em grupo contou com a participação de dez socioeducadores, em uma visão cognitivo-comportamental. Intervenções em grupo possibilitam um espaço para aprender a se relacionar, abrangendo o leque de possibilidades para soluções de problemas. O processo envolveu ensinar os socioeducadores a identificar déficits específicos em habilidades sociais ou comportamentais relativas à comunicação, visando aumentar a probabilidade de obter reações positivas dos outros, levando outras consequências positivas.

Palavras-chave: abordagem cognitivo-comportamental, socioeducação, terapia em grupos.

ABSTRACT

This essay proposes an experience in intervention with socio-educators of a Socio-education Center in the State of Paraná. Such centers are institutions responsible for sheltering and making come to pass educative means of adolescents who have committed any infringement act. Socio-education aims to offer a human and educative environment, allowing the accomplishment of the means in proper conditions for educative action with focus on the full educative process for the citizen social participation, and stimulating the adolescent to the construction of a new life Project based on ethic and moral values. The leading staff sees interns not as trustworthy, thus, members of this team feel superior. The intern group sees the leading staff as condescending, making interns feel inferior and guilty, causing communication distortions between the two groups. Group work has counted with the participation of ten socio-educators, in a cognitive-behavioral view; group interventions enable a space for learning how to join others, enclosing a range of possibilities for problem solving. The process involved teaching socio-educators to identify specific shortages in social or behavioral, communication-related abilities, targeting to improve the probability of obtaining positive reactions from others, leading to other positive consequences.

Keywords: cognitive-behavioral approach, socio-education, group therapy.

¹ Psicóloga pela FAG. Especialista em TCC pelo IPTC (Mestranda em Psicologia pela FFCLRP - USP).

² Doutor em Psicologia pela PUCRS (Coordenadora do LaPICC. Professor Doutor da FFCLRP - USP. Presidente da FBTC gestão 2011-2013) Ribeirão Preto - SP - Brasil.

Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental - LaPICC, Departamento de Psicologia- DP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - FFCLRP, Universidade de São Paulo - USP.

Correspondência:

Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental - LaPICC, Departamento de Psicologia- DP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - FFCLRP, Universidade de São Paulo - USP. Av. Bandeirantes, 3900. Ribeirão Preto - SP. CEP: 14040-901. Telefone: (16) 3602-3724. E-mail: cbneufeld@ffclrp.usp.br; lapicc@usp.br

Agradecimentos:

Andressa Dias Grigato - Psicóloga pela Faculdade Assis Gurgacz. Russélia Vanila Godoy - Mestre pela PUCRS, Docente Faculdade Assis Gurgacz e membro do Comitê de Ética em Pesquisa da respectiva instituição.

Recebido em 15/11/2011.

INTRODUÇÃO

Segundo Borges (1995), durante as últimas décadas ocorreram grandes mudanças, tanto no campo socioeconômico quanto no da cultura e da tecnologia. Incluem nessas transformações condutas e valores sociais, acarretando no surgimento das mais variadas formas de violência. No que tange à população juvenil, verifica-se um aumento do envolvimento de jovens em cometimento de atos que infringem a ordem penal e o aumento da gravidade desses atos.

Dentre os fatores de risco para a conduta infracional, segundo Assis e Constantino (2005), ser jovem do sexo masculino já é por si só um fator de risco. Em 2002, 94% dos adolescentes que cumpriram medidas privativas de liberdade eram do sexo masculino. Além disso, pode-se destacar: histórico de violência intrafamiliar, residir em comunidade onde a violência é cotidiana, influência de semelhantes, alta tolerância a contravenções, exposição a situações de risco, disciplina e monitoramento deficitário dos pais e existência de condições socioeconômicas desfavorecidas (Gomide, 2003; Reid & Eddy, 2002), além de dificuldades de aprendizagem e baixa escolaridade (Wasserman, et al, 2003).

Gallo e Williams (2005) ressaltam que o comportamento humano não é determinado por uma cadeia simples de variáveis, mas sim por relações complexas incluindo variáveis biológicas e ambientais, ou seja, trata-se de um fenômeno onde uma pessoa está exposta a fatores de risco pessoais, familiares, sociais, escolares e biológicos. Porém, para os mesmos autores, os fatores ambientais desempenham um papel mais fundamental nas condutas agressivas do que os biológicos.

Segundo Bandura (1973), a violência doméstica pode ser entendida como um grande fator de risco para a conduta infratora. A teoria da aprendizagem social preconiza que os valores e as condutas agressivas dos adultos servem como regras comportamentais e cognitivas a serem seguidas e imitadas pelos filhos. As condutas sociais inaceitáveis podem ser entendidas como cabíveis em seu meio.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) preconiza que um jovem com menos de 18 anos não tem maturidade suficiente para entender o comprometimento ilícito do ato infracional praticado (Padovani, 2003). A partir disso, aplicam-se medidas sócio-educativas ou de natureza coercitiva com medidas punitivas, ou de natureza educativa, com o objetivo de formação educacional e inclusão no mercado de trabalho (Pereira & Mestriner, 1999). O conceito de socioeducação ou educação social privilegia o aprendizado para o convívio social e para o exercício da cidadania. Trata-se de uma proposta que implica uma nova forma do indivíduo se relacionar consigo e com o mundo. Na Socioeducação, os ensinamentos pedagógicos são conduzidos de uma maneira que possam influenciar a vida dos adolescentes, tanto durante sua permanência no centro socioeducativo quanto fora dele (IASP, 2007).

Segundo Wallinius, Johansson, Lardén e Dernevik (2011) há fortes evidências que confirmam a ligação entre distorções cognitivas e comportamento agressivo. Segundo Beck (1997), as distorções são erros do pensamento que levam a conclusões equivocadas ou disfuncionais. Com relação ao comportamento agressivo, tais distorções medeiam a entrada dos estímulos ambientais e as respostas comportamentais. As distorções mais comumente encontradas em indivíduos com comportamento agressivo estão relacionadas a distorções egocêntricas, em que este se concentra somente em suas opiniões, ignorando e desrespeitando as opiniões e vontades dos outros; culpar os outros pelo seu próprio comportamento, numa crença de que o outro mereceu; minimização do comportamento agressivo, enxergando-o como aceitável (Gibbs, Potter, & Goldstein, 1995).

Em contrapartida, uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho, sendo que os indivíduos que nela estão abrigados têm suas vidas fechadas e formalmente administradas. Nesse sentido, é criada uma barreira à relação social com o mundo externo. Esse sistema que compõe a instituição total tem como principal função manter o controle social do comportamento desviante, ou seja, do adolescente infrator, podendo contribuir para reforçar estereótipos e estigmas, gerando assim preconceito e descriminalização em relação aos usuários desse sistema (Basaglia & Giannichedda, 1981; Goffman, 1961).

O objetivo da atenção despendida aos adolescentes infratores é pontuada por controle social, tendo caráter correcional-repressivo e assistencialista (Bazon & Biasoli-Alves, 1999). Tais instituições são responsáveis por abrigar, zelando pela integridade física e emocional dos adolescentes que tiveram seus direitos desatendidos ou violados. A partir disso, as instituições totais devem ser uma medida de “proteção especial” prevista no ECA como “provisória e excepcional” (ECA, Art. 101). Tais medidas devem ter um caráter provisório, sendo seu último objetivo o retorno do abrigado ao seu convívio familiar. As instituições ainda devem empreender esforços para propiciar o direito à convivência familiar e comunitária na rotina do atendimento (Silva & Aquino, 2005).

Segundo o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada pela ONU em 1948, aprovou inúmeros valores que passaram a ser adotados por diversos sistemas jurídicos. Liberdade, solidariedade, justiça social, honestidade, paz, responsabilidade e respeito à diversidade cultural, religiosa, étnico-racial, de gênero e orientação sexual são os valores norteadores da construção coletiva dos direitos e responsabilidades. A efetivação destes garante a todo e qualquer ser humano seu direito de pessoa humana, com seus direitos respeitados e cumprindo seus deveres. Com os adolescentes sob medida socioeducativa, todos esses valores devem ser vivenciados durante o processo socioeducativo. Para cumprir tais objetivos, devem ser superadas as práticas

corriqueiras que, normalmente, acontecem dentro das instituições totais, são elas a violência e a repressão (Veronese & Lima, 2009).

Internamente, nos Centros de Socioeducação, estão constituídas as comunidades socioeducativas, formadas por todos os servidores que trabalham nos centros, os quais são denominados de socioeducadores. O educador atua junto aos jovens em dificuldades que recaem nas falhas da família e da sociedade. Sua atuação é a última tentativa de defesa pessoal e social do educando (Costa, 2009).

As ações educativas desempenhadas devem estar relacionadas com a função educativa e a necessidade do adolescente à vida pessoal, política e social, individual e coletiva (Zdradk, 2009; Costa, 2009). Essa missão de socioeducar é vista como árdua, pois muitos desses adolescentes tiveram socialização insuficiente dentro do núcleo familiar para enfrentar com êxito a tarefa que lhe está sendo proposta: a de aprendizado dentro do centro de socioeducação (Savater, 2005).

O desejável é que o adolescente ocupe o lugar de destaque na execução, ou seja, o foco nas intenções e nas ações de todos os servidores, auxiliando-o na construção de um novo projeto de vida, baseado em valores éticos e morais (IASP, 2006). Segundo Zdradk (2009), a ação socioeducativa constitui-se na preparação em formação para assumir papéis sociais relacionados à vida coletiva, ao comportamento justo na vida pública e ao uso adequado e responsável de conhecimentos e habilidades disponíveis no ambiente que o adolescente esta inserido.

Não obstante, os funcionários responsáveis pela socioeducação sofrem frustrações em função da realidade antagônica, como agente reabilitador e agente de segurança. Além disso, tendo contato diário com os adolescentes em medida socioeducativa, os funcionários ficam expostos a uma grande tensão cotidiana e o foco do trabalho, inevitavelmente, passa a estar na garantia de segurança. A partir disso, o trabalho exercido começa a entrar em um conflito motivacional, razão pela qual estes funcionários estão enquadrados no grupo de risco aumentado de desenvolvimento de Burnout (Kurowski & Moreno-Jimenez, 2002). Nesse sentido enquadram-se entre os profissionais que podem vir a ter uma resposta ao estresse laboral crônico, desencadeado pelo esgotamento de recursos para enfrentamento dos agentes estressores, somados ao sentimento de frustração (Maslach & Jackson 1986).

Tendo em vista o nível elevado de estresse presente nesse grupo de funcionários e o prejuízo aparente da qualidade de vida, segundo Lipp e Tanganelli (2002), a terapia especializada seria um dos modos para lidar com esse tipo de situação, que lhes garantisse aquisição de estratégias de enfrentamento. A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) abrange intervenções psicoterapêuticas que tem como objetivo produzir mudanças nos pensamentos e nos sistemas de significados, transformação emocional e comportamental duradoura e proporcionar autonomia ao paciente, alcançando assim o alívio ou a remissão total dos sintomas (Beck, 1993; Stallard, 2004).

Diversos estudos em Terapia Cognitivo-Comportamental em Grupos (TCCG) estão disponíveis na literatura, sendo crescente as pesquisas sobre a eficácia dessa abordagem em assuntos específicos (para uma revisão ver Neufeld, 2011). No entanto, apesar da literatura crescente e dos fortes indicadores de eficiência da TCCG, os achados da atualidade mostram que há uma grande preocupação em trabalhar com a população clínica, porém, relatos de trabalhos realizados em instituições de socioeducação e com os socioeducadores são raros. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência de um processo de orientação em grupo cognitivo-comportamental, desenvolvida com socioeducadores. Segundo Neufeld (2011), a modalidade de orientação visa oferecer informações e auxiliar a identificar pensamentos, emoções e comportamentos, com objetivo de orientar os participantes para mudanças em suas formas de agir, pensar e sentir que estão disfuncionais. É objetivo também deste tipo de grupo ofertar aos seus participantes um espaço para compartilhar experiências e fortalecer suas habilidades para o desenvolvimento diário de suas funções laborais.

CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DOS PARTICIPANTES

O presente relato de experiência refere-se a uma intervenção em grupo realizada com socioeducadores de um Centro Socioeducativo de Internação Definitiva (CSID) localizado em um município do interior do Estado do Paraná, durante o ano de 2009, que será nomeado no presente texto simplesmente como CSID no intuito de resguardar o sigilo dos participantes. Cabe ressaltar que o trabalho e sua publicação foram aprovados pela direção da instituição e pelos participantes do grupo, e que a intervenção não foi realizada para fins de pesquisa, mas como uma atividade de formação profissional. O grupo ocorreu ao longo de três meses, com o total de dez encontros, de frequência semanal com duração de 1h, no período de almoço dos socioeducadores.

A estrutura física do CSID tinha capacidade para acolher setenta adolescentes do sexo masculino que cometeram algum tipo de ato infracional, praticado mediante grave ameaça ou violência à pessoa ou quando houve reincidência no cometimento de outras infrações consideradas de menor gravidade. Além da parte administrativa, existiam oito casas, contendo dez alojamentos para acomodar os adolescentes, os quais eram todos do sexo masculino, de 12 a 21 anos de idade. Os alojamentos eram individuais, tendo banheiro, cama e os demais materiais para higiene pessoal e vestimentas. Eram disponibilizadas seis refeições diárias em um refeitório anexo à área administrativa.

Sabe-se que desde a Constituição de 1988 e do ECA vem sendo exigidas algumas mudanças nas instituições que prestam atendimento às crianças e adolescentes infratores. Tais mudanças visam primordialmente, modificar as práticas assistencialistas e implementar modelos com foco em ações

emancipatórias, baseados em uma visão de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos em uma fase de desenvolvimento e uma situação peculiar (Silva & Aquino, 2005). Além disso, o ECA estabelece que o abrigo deva ser um local de permanência temporária, porém sabe-se que muitos adolescentes passam anos nas instituições, privados de convívio familiar e comunitário. O projeto do sistema socioeducativo atual, com ênfase na medida de internação, não vem cumprindo seu papel social e nem conseguido executar a legislação do modo como é prevista pelo ECA (Brasil, 1990), porém, mesmo com essas intercorrências, sabe-se que este ainda é o sistema vigente em muitos centros de socioeducação.

O tempo mínimo de permanência dos internos na instituição era de seis meses e o tempo máximo de três anos. Durante todo este período os adolescentes passavam por atividades programadas, tais como: o processo de escolarização, atividades artísticas, culturais e esportivas, oficinas pedagógicas e profissionalizantes, atividades de lazer, atividades religiosas, atividades de autocuidado, conservação do meio ambiente e atendimentos à saúde. A equipe técnica, composta por psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros e dentistas, deve garantir a assistência integral à saúde e ao desenvolvimento do adolescente. Os socioeducadores tinham como função fazer com que os procedimentos básicos ao bem-estar e autocuidado (assistência a alimentação, banho e cuidados diários com a higiene) fossem cumpridos, além dos procedimentos de locomoção, garantindo a segurança dos adolescentes e da instituição como um todo.

O CSID contava com uma equipe formada por sessenta e seis socioeducadores, os quais eram divididos em quatro turnos, dois diurnos e dois noturnos, trabalhando num sistema de 12/48 horas. O grupo foi realizado com os socioeducadores de um dos turnos, selecionados por conveniência de horário e disponibilidade para participar da intervenção. A instituição contava, também, com cinco funcionários no setor administrativo, cinco funcionários na área da saúde e dezessete professores.

O grupo foi realizado com dez socioeducadores em diferentes faixas etárias ($M=30,8$ $DP=6,19$), sendo composto de 70% do sexo masculino e 30% do sexo feminino, sendo que 80% desses socioeducadores apresentavam ensino superior completo e 20% em andamento. Todos os socioeducadores trabalhavam desde a inauguração da instituição, ou seja, dois anos. O critério de inclusão foi somente disponibilidade em participar do grupo no horário marcado e manifestar interesse em participar. A participação era voluntária e o grupo ocorria no horário de almoço do turno estabelecido, dentro de uma sala privativa na área administrativa na própria instituição.

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Inicialmente, foram realizadas entrevistas com os socioeducadores em que se abordava a necessidade ou não de ter um espaço para atender as necessidades psicológicas

dos educadores. As entrevistas eram semiestruturadas e versavam sobre qualidade de vida no trabalho e consequências psicológicas advindas do trabalho. Neste contato inicial, ficou evidente a necessidade de se trabalhar questões como a função dos educadores, as formas de manejo frente às rotinas e ao cotidiano institucional que favorecem processos de estresses e desgaste emocional. A ambivalência entre os papéis a serem desempenhados foi o tópico mais recorrente nas entrevistas. Os participantes manifestaram a dificuldade de cumprir as políticas de socioeducação e ao mesmo tempo a função de ser agente de segurança dos adolescentes.

O grupo foi coordenado por uma terapeuta e uma co-terapeuta, estudantes de psicologia em fase de conclusão da graduação e com embasamento na TCCG. Ocorreram 10 sessões com os socioeducadores, com duração de 1h e com frequência semanal. As intervenções visavam promover a saúde e o bem-estar dos integrantes da instituição e serão descritas a seguir.

As primeiras três sessões tiveram como objetivo principal conhecer os participantes do grupo e estabelecer o vínculo, além de combinar o contrato terapêutico e psicoeducar sobre diferentes aspectos da socioeducação e do modelo cognitivo, mostrando o modo como as cognições infeririam (Clark & Beck, 2011) no processo socioeducativo, o qual seria o foco da intervenção. Nessa fase da intervenção foi possível perceber a presença de pensamentos anteriormente frisados por Goffman (1961). Nas falas dos participantes do grupo, ficou clara a divisão entre o grupo dos controlados (internados) e a equipe dos controladores (dirigentes), bem como as características atribuídas entre os grupos. Goffman (1961) afirma que a equipe dos dirigentes vê os internados como amargos, reservados e não merecedores de confiança, sentindo-se superiores e corretos. Em contrapartida, os internados veem a equipe como condescendentes, arbitrários, sentindo-se inferiores e fracos.

Já o IASP (2006) acredita que os socioeducadores devem portar-se de duas maneiras distintas. Em um momento se distanciando, sendo expectador, observando a própria prática, para assim ter um olhar mais crítico e menos emocional. No outro momento, conseguir inserir-se no meio, viver a mesma realidade dos adolescentes, sendo receptivos com os mesmos, conseguindo restabelecer a autoconfiança dos adolescentes, compreendendo e acolhendo.

A partir dessa divergência, foi abordado o tema da socioeducação. Iniciando com reflexões sobre o sistema educacional no Brasil, incluindo a chance de crescimento dos adolescentes no meio periférico no qual eles estavam inseridos anteriormente a instituição e os preconceitos que os adolescentes sofriam. Em paralelo a essa discussão, foram trabalhados os sentimentos de frustração que os socioeducadores experimentavam ao iniciar o trabalho e que posteriormente deixam de sentir em visão da realidade experimentada por eles. Estando relacionado com o conceito de desamparo aprendido (Seligman, 1975), o qual enfatiza que pessoas que experimentam estímulos que ocorrem

independentes de sua resposta passam a entender que seu desempenho é ineficaz. Foi possível aprofundar e questionar o pensamento de que “meu papel é executar procedimentos”, discutindo os distintos papéis de um socioeducador, na tentativa de desenvolver um olhar baseado em evidências e mais flexível sobre sua própria situação e a dos educandos.

Segundo Savater (2005) a socioeducação que esses adolescentes tiveram foi insuficiente dentro do núcleo familiar, com isso, percebe-se uma dificuldade para enfrentar as exigências que o centro de socioeducação propõe, entre elas, as regras e também a coletividade forçada. Para concluir a discussão a respeito da função de um socioeducador, foram trabalhados (4ª, 5ª e 6ª sessão) aspectos relativos à ética no trabalho, abordando os direitos básicos de todos os seres humanos.

Nesta segunda fase da intervenção, foi possível detectar alguns outros pensamentos automáticos que permeavam a discussão, sendo eles “eu sinto vergonha do meu trabalho” e também “as pessoas nos culpam pelas infrações dos adolescentes”. Segundo Lourenço (2010) os educadores são vistos pela sociedade de forma pejorativa, carregando a fama de serem pessoas desprovidas de sensibilidade, torturando os internos.

Esta fase contou com intensa intervenção em pensamentos automáticos e utilização de questionamentos de evidências, tanto no que tange ao papel do socioeducador, quanto em relação às intenções e aos comportamentos dos adolescentes. Em diversas situações ocorreram verbalizações como “a sociedade acha que eles [os adolescentes] são uns anjinhos, mas vem aqui passar o dia com eles”, ou então “falar em reabilitação é muito bonito para escrever livros, mas no dia a dia a conversa é outra”. Além disso, foi possível trabalhar aspectos como as crenças de injustiça em falas como “todo mundo só se preocupa com os adolescentes, e nós?”, “nunca vi ninguém escrever uma cartilha sobre os nossos direitos, a gente só tem deveres aqui!”, “queria ver como seria se as coisas ainda estivessem no modelo antigo, onde os guardas entravam descendo a lenha, a gente conversa, respeita, até dá carinho, mas somos sempre os ruins da história”. O uso do questionamento de evidências auxiliou a reestruturar esta visão de injustiçados em alguns aspectos, mas também auxiliou os participantes a construir um espaço de grupo para requererem melhores condições de trabalho.

Na terceira fase (7ª, 8ª e 9ª sessão), o foco esteve direcionado à reestruturação dos pensamentos identificados e aprofundados até então. Foram utilizados questionamentos socráticos e psicoeducação a respeito das distorções cognitivas (Beck et al., 1979). As distorções mais presentes no grupo eram Catastrofização (i.e., “por mais que nos esforçamos, esses garotos não vão mudar”), Pensamento Dicotômico (i.e., “enquanto a sociedade não mudar, nada do que fizermos terá resultado”) e Desconsiderando o positivo (i.e., “desde que eu comecei a trabalhar aqui, só um garoto conseguiu sair da vida do tráfico” ou “todos os adolescentes que saem daqui, um dia voltam”). A

utilização da técnica de rotulação de distorções e submissão destas à análise de evidências foram algumas das intervenções realizadas, com a orientação de que os participantes praticassem os pontos discutidos no grupo ao longo da semana.

Para atingir o objetivo principal do grupo, ou seja, a qualidade de vida dentro do campo de trabalho e ainda assim conseguir reestruturar os pensamentos disfuncionais, foi realizada psicoeducação a respeito de diferenças individuais e de temperamentos, sendo um componente fisiológico da personalidade e suscetível à influência dos fatores ambientais (Caballo, 2006). Neste mesmo sentido, foram utilizadas técnicas de identificação e manejo de reações emocionais, tais como identificação de reações fisiológicas, cognitivas e comportamentais que acompanham as reações emocionais. Estratégias de manejo de estresse, ansiedade e raiva foram discutidas no intuito de oferecer ferramentas úteis para os participantes no seu dia a dia. Para finalizar, foi abordado o tema da assertividade nas relações sociais.

A última sessão contou com uma avaliação do processo grupal, em que os participantes foram convidados a refletir sobre os efeitos da intervenção em seu cotidiano, assim como discutir sobre as aprendizagens do grupo e a avaliação da intervenção. Os socioeducadores relataram que passaram a perceber sua condição e os comportamentos dos adolescentes de forma diferente. A instituição e os socioeducadores avaliaram o processo grupal como positivo, acreditando que o grupo ofereceu respaldo para implementar melhorias nas relações entre os educadores, com a instituição e com os adolescentes.

Na fase inicial da intervenção os participantes relataram seus pensamentos em relação ao trabalho e aos adolescentes, demonstrando insatisfação de modo geral, assim como a desesperança quanto ao futuro. Alguns pensamentos que exemplificam melhor tais dados podem ser observados em falas como “quando a gente fica sabendo que um garoto que passou por aqui morreu na rua a gente nem fica triste”, outro complementa que “o que surpreende a gente é quando o rapaz não volta para cá, ele reincidir ou ser morto é o normal”. Além disso, quando questionados sobre o que isso significaria sobre eles, os participantes concluem que “nós não damos importância para eles, assim com eles não se importam conosco”. Os socioeducadores concluem que os cuidados com o adolescente começam quando “o adolescente não tem mais solução” e a partir disso, começa o trabalho desempenhado por eles, relatando que “depois que o adolescente já cometeu o crime, nada mais adianta”, demonstrando a desesperança e a impotência frente ao seu trabalho.

Ao final da intervenção, na fase de avaliação, quando questionados se percebiam algum efeito após a participação no grupo, todos os participantes relataram que obtiveram mudanças positivas. Dentre as mudanças, a retomada da disposição para o trabalho foi o efeito mais apontado pelos participantes. Eles relataram estarem se sentindo mais úteis na vida dos adolescentes e com isso mais motivados para trabalhar (i.e.,

“percebi que posso fazer a diferença”). Outro aspecto fortemente ressaltado foi a percepção de estarem sendo cuidados (i. e., “pela primeira vez em dois anos alguém olhou para nós, todos que vem aqui só enxergam os adolescentes”, “antes parecia que ninguém nos dava valor, mas agora a gente está sendo ouvido, já fizemos até uma reunião com a direção...”). O desenvolvimento das habilidades sociais, de comunicação e de manejo das emoções também mereceu destaque (i. e., “a gente aprendeu a conversar mais entre a gente e também com os adolescentes... eles até parecem que estão escutando mais o que a gente diz”, “eu tenho usado muito a respiração e o relaxamento, na minha casa o pessoal comentou que eu estou menos estressado”). Em contrapartida, um socioeducador afirmou que o grupo auxiliou na percepção de que aquele trabalho realmente não completava sua vida “não me vejo fazendo isso para o resto da minha vida, mas aprendi a lidar com certas coisas que me tiravam do sério”. Tais falas podem ser interpretadas como indícios de que os objetivos do grupo foram alcançados de forma satisfatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho relata de forma breve a experiência de um grupo de orientação com socieducadores. Como é característico de um relato de experiência, não é possível traçar relações de causalidade ou generalizações dos resultados alcançados. O enfoque refere-se tão somente à necessidade de maior investimento em pesquisas controladas na área, visando testar quais propostas de intervenção poderiam ser mais benéficas para esta população.

O processo grupal visou desenvolver um leque maior de habilidades sociais e comportamentais, melhorar a comunicação e a relação entre os educadores e destes com os adolescentes. Para conseguir alcançar o objetivo varias técnicas foram utilizadas, sendo que as mais recorrentes foram a psicoeducação, o questionamento socrático, a rotulação de distorções e a reestruturação cognitiva (Knapp & Beck, 2008).

Segundo Cade (2001) uma das vantagens da terapia em grupo é proporcionar um ambiente terapêutico, onde o sujeito lida com as interações interpessoais advindas da convivência com os demais sujeitos. O grupo pode vir a ser um espaço adequado para aprender a se relacionar, facilitar a identificação de que outras pessoas podem passar por situações semelhantes e propiciar um ambiente propício para dar e receber *feedbacks* (Caballo, 1999). Cabe ainda ressaltar que, em função da importância do trabalho do socioeducador no atendimento oferecido aos adolescentes infratores e o papel de modelo para os adolescentes, considera-se de suma importância a realização de pesquisas nesta área, visando melhorias na qualidade de vida tanto do socioeducador e, por conseguinte, na vida dos adolescentes internos.

REFERÊNCIAS

- Assis, S. G., & Constantino, P. (2005). Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. *Saúde Coletiva*, v.10,n.1,p.81-90.
- Bandura, A. (1973). *Aggression: A social learning analysis*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Basaglia, F., & Gianichedda, M. G. (1981). Il circuito del controllo: dal manicomio al decentramento psichiatrico. In F. O. Basaglia. (Org.), *Basaglia Scritti II 1968-1980*(pp. 391-408). Torino: Einaudi.
- Bazon, M. R., & Biasoli-Alves, Z. M.M., (2000)A transformação de monitores em educadores: uma questão de desenvolvimento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.13,n.1, pp.199-204.
- Beck, A.T., Rush, A.J., Shaw, B.F., & Emery, G. (1979). *Cognitive therapy of depression*. New York: Guilford.
- Beck, A.T. (1993). Cognitive Therapy: Past, Present and Future. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*. 61(2),194-198.
- Beck, J. S. (1997). *Terapia Cognitiva - teoria e prática*. Porto Alegre: Artmed.
- Borges, A. (1995) Adolescentes e Trabalho na Virada do Século. *Conjuntura e Planejamento*, v.49. Salvador.
- Brasil (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei n.º 8.069. Brasília;169º da Independência e 102º da República.
- Caballo, V. E., (1999). *Manual de técnicas de Terapia e modificação do comportamento*. Santos, SP.
- Caballo, V. E., (2006). *Manual de avaliação e treinamento de habilidades sociais*. São Paulo: Santos.
- Cade, V. N., (2001). Terapia de grupo para pacientes com hipertensão arterial. *Rev. Psiq. Clín.*28(6):300-304.
- Clark, D.A., Beck, A. T., (2011) *Terapia Cognitiva para os Transtornos de Ansiedade*. Artmed.
- Costa, A. C. G., (2009). A relação público-privado na execução das medidas socioeducativas. *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*, 1(1):i-ix.
- Gallo, A. E., & Williams, L. C.A., (2005). Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7(1):81-95
- Gibbs, J. C., Potter, G., & Goldstein, A. P. (1995). *The EQUIP program: Teaching youth to think and act responsibly through a peer-helping approach*. Champaign, IL: Research Press.
- Goffman, E. (1961). *Manicômios, prisões e conventos*. 2º ed., São Paulo: Perspectiva.
- Gomide, P. I. C. (2003). Estilos parentais e comportamento anti-social. Em A. Del Prette & Z. A. P. Del Prette (Orgs.), *Habilidades Sociais, desenvolvimento e aprendizagem* (pp.21-60).
- IASP - Instituto de Ação Social do Paraná (2007). *Cadernos do IASP: Pensando e Praticando a Socioeducação*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná.
- IASP - Instituto de Ação Social do Paraná (2006). *Cadernos do IASP: Compreendendo o Adolescente*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná.
- Knapp, P. & Beck, A. (2008). Cognitive therapy: foundations, conceptual models, applications and research. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. 30, Supl.II-554-64.

- Kurowski, C. M., & Moreno-Jimenez, B. (2002), "Síndrome de Burnout em funcionários de instituições penitenciárias". Em: Pereira, Ana M. B. *Burnout: Quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador*. São Paulo, Casa do Psicólogo, pp.213-226.
- Lipp, M. E. N., & Tanganelli, M. S., (2002). Stress e Qualidade de Vida em Magistrados da Justiça do Trabalho: Diferenças entre Homens e Mulheres. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(3),pp.537-548.
- Lourenço, L. C., (2010). Batendo a tranca: Impactos do encarceramento em agentes penitenciários da Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, V.13,n.10,pp. 11-31.
- Maslach, C., & Jackson, S. E. (1986). Maslach Burnout Inventory (2ª ed.). Palo Alto, CA: *Consulting Psychologist Press*.
- Neufeld, C. B. (2011). Intervenções em grupos na abordagem cognitivo-comportamental. In: Rangé, B. *Psicoterapias cognitivo-comportamentais: Um diálogo com a psiquiatria*. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, pp.737-750.
- Padovani, R. C. (2003). *Resolução de problemas com adolescentes em conflito com a lei: uma proposta de intervenção*. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de São Carlos.
- Pereira, I, & Mestriner, M. L. (1999). *Liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade: Recursos da rede social de apoio na região metropolitana de São Paulo*. São Paulo. Disponível em http://www.prioridade1sbc.org.br/portal/pdf/Liberdade_Assistida.pdf
- Reid, J. B. & Eddy, M. (2002). Interventions for antisocial behavioral: overview. Em J. B. Reid, G. R. Patterson & J. Snyder, *Antisocial behavioral and adolescents: a developmental analysis and model for intervention* (pp. 195- 201).
- Savater, F. (2005). *O valor de educar*. Tradução de Mônica Stahel. São Paulo: Planeta do Brasil.
- Seligman, M.E.P. (1975). *Helplessness: On depression, development and death*. Freeman: San Francisco.
- Silva, E.R.A., & Aquino, L.M.C., (2005). Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária. *Políticas Sociais - Acompanhamento e Análise*, n.11,IPEA,186 -193.
- Stallard P. (2004). *Bons pensamentos - Bons sentimentos: Manual de terapia cognitivo- comportamentalpara crianças e adolescentes*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Veronese, J. R.P., & Lima, F.S., (2009) O sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase): breves considerações. *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*, 1(1):29-46.
- Wallinius, M., Johansson, P., Lardén, M. & Dernevik, M., (2011). Self-Serving cognitive distortions and Antisocial behavior among adults and adolescents. *Criminal justice and behavior*. Vol 38,n.3,289-301.
- Wasserman, G., Keenan, K., Tremblay, R., Coie, J., Herrenkohl, T., Loeber, R., Petechuk, D. (2003). *Risk and Protective Factors of Child delinquency*. Child Delinquency. Office of justice Programs, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.
- Zdradk R. M., (2009). Limites e Possibilidades do Processo de Democratização nos Centros de Socioeducação. *Anais do Evento da II Semana Acadêmica de Pedagogia*, II Jornada Regional de Foz do Iguaçu, PR, Brasil.